

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito aos programas relativos à aquisição de equipamentos militares

Deputado Telmo Correia

Na sequência do deliberado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista colocam as seguintes questões ao Senhor Doutor José Manuel Durão Barroso:

- I) Que posições assumiu no período anterior a Abril de 2002, enquanto líder do maior partido da oposição, quanto ao processo de substituição dos submarinos da Marinha portuguesa em fim de ciclo de vida?
 - a) Foi contactado por algum representante dos dois concorrentes apurados em 1999?
 - b) Tomou alguma iniciativa sobre o tema?
 - c) Estabeleceu algum tipo de relacionamento com o Sr. Jürgen Adolff, que enquanto responsável do MNE nomeou para o cargo de cônsul honorário na Alemanha? Se sim de que natureza?
 - d) Alguma vez abordou com o Sr. Jürgen Adolff qualquer assunto relativo com a aquisição de submarinos alemães pelo Estado português?
 - e) Conheceu o relatório preliminar de 2001 que considerou fraca a proposta de contrapartidas do GSC e colocou em primeiro lugar a proposta francesa?
 - f) Foi contactado pela ESCOM ou por algum representantes do BES ou alguma outra componente do BES?

- II) Na qualidade de Primeiro-Ministro do XV Governo Constitucional:

- a) Que intervenção teve nos exercício das competências de direcção do colégio de ministros que cabem ao Primeiro-Ministro nos termos da Constituição da República Portuguesa no tocante à adjudicação ao German Submarine Consortium (GSC) da aquisição de dois submarinos U209PN?
- b) Que diligências realizou ou recebeu junto de Governos estrangeiros no tocante a esse processo?
- c) Quem recebeu entre o início e fim do mandato em audiência ou através do Assessor Dr. Mário David, ou outro/a, em instalações do Primeiro-Ministro para discussão de matérias relativas à aquisição de submarinos?
- d) Qual foi a empresa que foi sugerir diretamente ao Primeiro-Ministro como elaborar o processo de engenharia financeira necessário para suportar a aquisição dos submarinos cumprindo nas regras do Eurostat sobre o *défice* autorizado?
- e) Que contactos realizou com interlocutores alemães em território nacional ou no estrangeiro na sequência de diligências do Sr. Jürgen Adolff? Que assuntos foram abordados? Que eventuais diligências adoptou? Em caso afirmativo, com que consequências?
- f) Tendo o Sr. Jürgen Adolff apresentado no processo em que veio a ser condenado por Tribunal de Munique I um rol detalhado de serviços prestados à MAN/Ferrostaal justificativos de uma comissão de cerca de 1,6 milhões de euros, de que diligências tem conhecimento que possam explicar esse montante?
- g) Tendo presidido a um Governo de coligação cujo Ministro de Defesa conduziu o processo negocial relativo aos contratos de aquisição, de contrapartidas e de financiamento dos dois submarinos, que intervenção, direta ou indireta, teve nas vicissitudes negociais e da preparação das opções assumidas através de Resolução do Conselho de Ministros?
- h) Teve conhecimento, e como explica, que os serviços de consultadoria pagos pelo GSC à ESCOM UK tenham determinado uma transferência de 8,5 milhões de euros para o fundo AFREXPORT do universo GES, a partir do qual foram feitas transferências para contas suíças de Ricardo Salgado, António Ricciardi, Manuel Fernando Espírito Santo Silva, José Manuel Espírito Santo Silva e Mário Mosqueira do Amaral, segundo confirmaram as autoridades suíças?
- i) Teve conhecimento, e como explica, que dos 30 milhões de euros pagos pelos GSC à ESCOM UK pelos serviços de consultadoria, uma parte (entre 13 e 21 milhões de

euros) tenha sido objecto de um acordo prévio de cessão de créditos da ESCOM UK para o fundo offshore sediado nas Bahamas Feltree Investment Fund, cessão essa que ficaria dependente da adjudicação ao GSC do contrato de aquisição dos submarinos? Tem conhecimento de algum serviço prestado pelo Feltree Investment Fund relevante para o contrato de aquisição dos submarinos?

- j) Tendo assinalado as dificuldades financeiras do Estado logo no debate parlamentar do Programa do XV Governo Constitucional (“Portugal está de tanga!”), em algum momento avaliou com o Vice-Primeiro-Ministro se a situação orçamental do país comportava a decisão tomada através da Resolução do Conselho de Ministros 183/2003 de 25 de Novembro? Ou subscreveu o cálculo de que o mais pesado impacto orçamental seria projectado no futuro (2010)?
- k) Teve consciência de que o montante do preço que pesou na decisão de adjudicar a aquisição dos dois submarinos ao GSC foi actualizado diariamente até à entrada em vigor do contrato, o que resultou num acréscimo de 64 milhões de euros de juros? Teve percepção que tendo o XV Governo Constitucional prescindido de parte do equipamento proposto tal acarretou ulteriormente um aumento de despesa de 49 milhões de euros em sobresselentes, pagos pelo orçamento da Marinha?
- l) Quando cessou funções qual era a situação do processo de aquisição dos submarinos U209PN e que sugestão porventura fez ao Primeiro-Ministro que lhe sucedeu?
- m) Que lições entende que devem ser tiradas do processo de contrapartidas tal qual foi modelado contratualmente pelo XV Governo Constitucional? E do processo de financiamento (concepção, selecção de parceiros, escolha de vencedor e condições resultantes)?

III) Enquanto líder do PSD:

a) que papel teve no processo de negociação e decisão que levou à fixação do dia 1 de janeiro de 2005 como data de entrada em vigor da Lei nº 19/2003, de 20 de junho, sobre o financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais?

b) Entende que existe alguma relação entre a fixação dessa data e o processo relativo à aquisição de submarinos?

- IV) Na qualidade de Presidente da Comissão Europeia, que intervenção teve nas diligências realizadas pela Comissão em torno da aquisição feita pelo Estado Português dos dois submarinos, designadamente na sequência de queixas apresentadas em Dezembro de 2010 e fevereiro de 2012 pela Eurodeputada Ana Gomes?
- a) Teve consciência de que o encerramento do processo de investigação com fundamento na transposição por Portugal da legislação europeia sobre contratos de aquisição de equipamento militar pelo Estado assentou em pressupostos que na realidade não se verificam?
 - b) Adoptou alguma medida para evitar que a Comissão desse por “executado” o contrato de contrapartidas e considerasse que o remanescente seria “integralmente realizado até 2015”?
 - c) Foi informado de que dos 39 projetos constantes do contrato inicial tinham em 2013 sido executados apenas metade, estando alguns deles em julgamento, tendo outros sido substituídos por um apenas, o projeto turístico Alfamar, que ulteriormente se apurou ser inviável e veio a ser substituído pelo actual Ministro da Economia?
 - d) Como explica que a Comissão não tenha tomado conhecimento de que em Outubro de 2012 o então Ministro da Economia Álvaro Santos Pereira prorrogou por quatro anos o prazo para a execução pela Ferrostaal do contrato de contrapartidas ?
 - e) Que lições entende que devem ser tiradas do processo de investigação que decorreu a nível das instituições da União Europeia à luz dos Tratados e das competências da Comissão?



Os Deputados,